

Artigo / Article

De Gonçalo Gonçalves a General Câmara, topônimos soterrados: Pedro Nava e a memória que descansa sob asfalto de larguíssima avenida

From Gonçalo Gonçalves to General Câmara, buried toponyms: Pedro Nava and the memory that rests under the asphalt of a very wide avenue

Antonio Rafael Marçal da Silva 

Universidade de São Paulo, Brasil

antonio.rafael.silva@usp.br

<https://orcid.org/0000-0002-7454-5893>

Martin Jayo 

Universidade de São Paulo, Brasil

martin.jayo@usp.br

<https://orcid.org/0000-0002-0241-9687>

Recebido em: 30/09/2022 | Aprovado em: 07/02/2023

Resumo

As ruas que cortam uma cidade guardam diferentes histórias. O topônimo fixado ali torna-se uma pista para que seja(m) desenterrada(s) a(s) memória(s) do lugar. Ao escrever em sua obra memorialística *Baú de Ossos* sobre a rua hoje extinta cujo derradeiro nome foi General Câmara, o escritor Pedro Nava nos conta histórias da cidade velha do Rio de Janeiro que não estão mais ancoradas na paisagem local. Guiado pelo livro de Nava, este trabalho percorre essa rua buscando a relação entre os diferentes topônimos mencionados pelo autor e o passado da via e da cidade, além de precisar o que foi destruído para a construção de uma avenida - e o que se mantém até hoje.

Palavras-chave: Toponímia • Memória • Onomástica literária • Rio de Janeiro • Pedro Nava

Abstract

The streets that cut through a city hide different stories. The toponym therein established becomes a clue to unearth the memory(ies) of the place. When writing in his memorial work *Baú de Ossos* about the now extinct street whose last name was General Câmara, the writer Pedro Nava tells us stories of the old city of Rio de Janeiro that are no longer anchored in the local landscape. Guided

by Nava's book, this work goes through this street in search of the relationship between the various toponyms mentioned by the author and the past of the street and the city, in addition to specifying what was destroyed for the construction of an avenue – and what remains until today.

Keywords: Toponymy • Memory • Literary onomastics • Rio de Janeiro • Pedro Nava

Introdução

Este trabalho tem como finalidade percorrer um dos caminhos da memória traçados pelo escritor Pedro Nava (1903-1984) em seu primeiro livro, *Bau de Ossos*, publicado em 1972. Adentraremos pelo Caminho de Gonçalo Gonçalves, primeiro nome recebido pela via carioca que, em princípios da década de 1940, acabou sepultada como Rua General Câmara. No intervalo entre os topônimos inicial e final, como registrado por Nava, o nome da rua passou por modificações, ora espontâneas, ora oficiais, ligadas às atividades comerciais, ao prestígio religioso e – ao que parece sempiterno – a homenagens a figuras ditas ilustres.

Ao buscar no próprio *Bau de Ossos* a relação entre os nomes mencionados por Nava e o passado dessa via, lidamos com uma discussão própria do campo da Onomástica: o léxico (neste caso, os topônimos) como manifestação da memória e porta de entrada para acessá-la. Tal acesso pode dar-se por camadas reveladas por meio da descoberta e *preenchimento*, por Nava, das sucessivas denominações – ou como escreveu Barthes, de “um signo sempre prenhe” (BARTHES, 2004, p. 149).

Se a Onomástica é definida como a parte da Lexicologia que estuda a origem, formação e significado dos nomes próprios, sejam eles de lugares (no caso da toponímia) ou de pessoas (antroponímia), a análise aqui proposta situa-se em um domínio particular: em interface com a literatura. A Onomástica Literária, como frisa Paul Cavill, é uma “disciplina relativamente recente” (CAVILL, 2016, p. 355)¹ e “uma disciplina vibrante, abrangendo um leque enorme de tópicos de análise” (CAVILL, 2016, p. 366). Tais características tornam-na objeto de uma variedade de definições e demarcações teóricas. Ela é definida como um ramo da Onomástica (GIBKA; COATES, 2018; GIBKA, 2019; ALGEO, 1992), que busca explicar nomes próprios presentes não só em obras literárias, mas por extensão também em outras formas de criação artística (COATES, 2018). Por vezes também é vista como uma “crítica literária mais especializada, em que os estudiosos estão preocupados com os níveis de significado dos nomes no teatro, poesia, ficção e folclore” (ALVAREZ-ALTMAN, 1981, p. 221). James Butler sintetiza: “A onomástica literária se encontra em uma posição única como campo acadêmico: um campo interdisciplinar que pode se aventurar em muitas áreas de pesquisa diferentes (Butler, 2013, p. 10).

¹ Optamos por tradução livre ao português em todas as citações diretas de textos em outras línguas.

Como diz Coates (2018), a explicação dos nomes próprios pela Onomástica Literária costuma dar-se em duas dimensões. A dimensão diacrônica centra-se na onomatogênese, isto é, busca as razões ou as intenções autorais detrás da criação ou escolha nos nomes próprios em um texto literário. De outro lado, a dimensão sincrônica pode relacionar-se por exemplo à análise dos usos textuais desses nomes, em um nível mais próximo de uma análise pragmática, entre outras possibilidades.

Não caberia aqui detalhar os fundamentos teóricos da disciplina, nem historiar seu desenvolvimento, o que por sinal é feito por Smith (2016) e por Cavill (2016), entre outros. Entretanto, nos é interessante ressaltar, como faz Algeo (1992), que os estudos da Onomástica Literária costumam ocupar-se com maior intensidade de nomes próprios de personagens (antropônimos literários), dedicando pouca atenção a topônimos. E que, quando o interesse é dirigido a estes últimos, o estudo costuma recair sobre nomes de lugares fictícios, sendo limitada a pesquisa a respeito de topônimos literários que se refiram a lugares reais, efetivamente existentes (AMEEL; AINIOLA, 2018). Isto coloca o nosso estudo em uma condição relativamente singular: na contracorrente, ocupamo-nos de topônimos. E, ainda, de topônimos que, embora presentes na obra literária de Nava, também tiveram existência fora dela: no centro do Rio de Janeiro e na rua hoje desaparecida cuja última denominação foi General Câmara.

Carvalhinhos (2009) observa que, se todo nome próprio passou por um crivo ou “filtragem” no ato de denominação, pois reflete a motivação e a ideologia do agente denominador, no topônimo ou antropônimo literário a esse crivo se acrescenta um segundo, que obedece à intencionalidade do autor. Há dois atos denominadores superpostos: um no interior do texto, outro na criação literária. Embora se faça mais patente na nomeação de pessoas em textos de ficção, essa dupla filtragem também ocorre nos topônimos da literatura, “seja na criação de um espaço fictício, seja na reprodução de um espaço considerado real” (CARVALHINHOS, 2009, p. 83).

Isto influi no tipo de análise que nos propomos. Estudar a toponímia de paisagens literárias exige mais do que o usual diálogo que os estudos toponímicos estabelecem com a história, a geografia e o conhecimento urbanístico como fontes mais frequentes de dados. É necessário buscar outras instâncias, que deem conta do segundo crivo, o da nomeação feita na escrita.

No caso de *Baú de Ossos*, a escrita de Nava nos conduz a um espaço real – o espaço urbano do antigo Rio de Janeiro – mas o faz sob a modulação da memória. E o estudo da memória nos informa, desde Maurice Halbwachs, que por meio dela não se acessa um arquivo de dados, nem se resgata um passado inalterável. Ao contrário, a memória é construção ativa, que cria e atualiza o passado a partir de um sistema social de referência formado por valores, crenças, interesses do presente (HALBWACHS, 1990; BAER, 2010). É sob este prisma que devemos observar os topônimos registrados por Nava, buscando entender quais receberam, por parte do memorialista, atenção e preenchimento. Para os que não os receberam, tentaremos trazer

informações sobretudo de fontes históricas, com a intenção de formar o mais completo possível quadro de representação. Assim procuraremos trabalhar com duas paisagens toponímicas que se complementam: a do Rio de Janeiro, e a do Rio de Janeiro das memórias de Nava.

1 *Baú de Ossos*: a cidade do passado do ponto de vista do flâneur

Antes de contar a história da rua em questão, tarefa a que se dedica ainda no primeiro capítulo (*Setentrião*) de seu *Baú de Ossos*, Pedro Nava descreve o trajeto que seu avô (e também homônimo) costumeiramente fazia de casa, na Rua Ipiranga número 61, até o local de trabalho, na Rua General Câmara, 74. O Narrador consegue juntar “à verdade o verossímil” (NAVA, 1972, p. 67), para usar expressão do próprio Nava, ao descrever as andanças do avô pela cidade do Rio de Janeiro ainda pelos idos do século XIX. “Vestido de sobrecasaca o ano todo. Tempo fresco, calças no mesmo negro. Tempo de calor, de linho branco, que mudava todos os dias e tirava imaculadas, inamalgadas, à noite, depois do trabalho, como as vestira pela manhã. Meia cartola fosca, de abas largas e debruadas” (p. 67-8)². Depois de compor a vestimenta do avô, o leva num passeio pelos bairros, ora dentro do *tram-carro*, que desliza pelos trilhos puxado por burros, ora a pé, cortando logradouros: Laranjeiras, Cosme Velho, Praça Duque de Caxias. Sobre esta praça, “simples como um quintal” (p. 68), emenda:

[...] nome que lhe fora dado a 29 de setembro de 1869. Esse logradouro surgira das águas aterradas da lagoa da Carioca e fora chamado sucessivamente Campo das Pitangas, Campo das Laranjeiras, Largo do Machado, Praça da Glória – mostrando a evolução dos topônimos, da designação poética inicial – pitangas e laranjas, ao pitoresco do machado que servia de insígnia a um açougueiro; ao sentimento religioso, louvando a glória da Virgem; ao político, da homenagem a Luís Alves de Lima (NAVA, 1972, p. 68).

Os caminhos do avô não foram vivenciados pelo neto que os lembra, mas por certo ouvidos e repetidos muitas vezes nas conversas de familiares e amigos, frequentadores da casa e de outros espaços de convivência. Recorrendo a essas lembranças alinhavadas por testemunhos diretos e indiretos, o escritor Pedro Nava vai moldando a sua memória para reconstituir o passado. Ele entra pela memória dos outros para emendar a sua e assim dar conta de lacunas que, de outra forma, ficariam não preenchidas. Constrói memórias que decerto são suas, mas também têm uma titularidade coletiva (HALBWACHS, 1990).

Nesses caminhos assim construídos nas memórias do neto, vamos colhendo informações valiosas, de modo preciso e articulado, sem perder o rumo da narrativa. Ao seguirmos os passos e tomarmos emprestado o ângulo de visão do Nava avô, podemos explorar com olhar de *flâneur* o Rio de Janeiro oitocentista, assim como fazia em Paris o *flâneur*

² As citações no corpo do texto em que aparece apenas o número da página, referem-se à obra *Baú de Ossos*, de 1972, e optamos assim para evitar um excesso de repetições entre parênteses, muitas vezes no mesmo parágrafo. Citações de outros textos são referenciadas sempre de maneira completa.

baudelairiano³. Observador privilegiado da cidade, o *flâneur* registra com olho clínico a vida urbana, captando seus encantos e suas misérias. Seu ponto de vista, ao observar a cidade “de dentro”, do interior da multidão, nos percursos cotidianos, o torna um investigador que se deixa levar pela cidade como forma de construir conhecimento sobre ela.

No que diz respeito aos topônimos, nos seus deslocamentos o avô *flâneur* reconstruído por Pedro Nava destaca a beleza e o pitoresco dos nomes espontâneos, o religioso e a homenagem. Parece seguir uma lógica o nome das ruas; acaba sempre em homenagem política. O avô passava pela Rua da Lapa, do Catete, Mercado Velho, Secretaria dos Estrangeiros. Cruzava esquinas da Sete de Setembro, Ouvidor, Rosário, Hospício, Alfândega; ou então descia pela antiga Rua dos Latoeiros, onde residia seu patrício Gonçalves Dias. Destaquemos outro trecho:

Passando na Rua da Lapa, meu avô havia de dar sempre uma olhada para o número 93, a casa assobradada e esguia onde morava o Dr. Moncorvo, médico dos seus filhos. Lapa, Ajuda, Guarda Velha e o carril estava no Largo da Carioca, onde terminava sua linha perto das bicas do chafariz. Meu avô havia de fazer a pé o trajeto até General Câmara, passando rente ao Hospital da Venerável Ordem Terceira da Penitência para entrar em Uruguaiana e ir parando para cumprimentar e conversar com os conhecidos que já estava fazendo, nas esquinas de Sete de Setembro, Ouvidor, Rosário, Hospício e Alfândega. Tomava esse trajeto ou então ia um pouco pela antiga dos Latoeiros para passar em frente ao número 56, onde residira o patrício Gonçalves Dias, que ali escrevera seu poema *Timbiras*⁴ – duas razões por que a Ilustríssima Câmara Municipal dera seu nome à rua. Descia Ouvidor ou Rosário e retomava Uruguaiana, onde nos primeiros dias de janeiro de 1880 assistira aos graves conflitos e ao arrancamento dos trilhos finais da linha de Vila Isabel, no Levante do Vintém – motivado pelo aumento de vinte réis no preço das passagens dos *tram-carros* (NAVA, 1972, p. 69, itálicos do autor).

Encontram-se na obra de Nava sempre localizações com endereço certo: rua e número. E sempre um destaque para figuras importantes na narrativa. Na citação acima, temos o médico da família e o poeta maranhense. Pelas ruas, o avô acotovelava-se “com políticos, escravos, marinheiros, crioulas, capoeiras, fotógrafos, prostitutas; desviava dos carris, gôndolas, tálburis, caleches e *burros sem rabo*⁵ que atropelavam desordenadamente o solo escorregadio das imundícies. Cruzava também com “senhoras que passavam rangendo sedas – machadianas Fidélias, Capitolinas e Virgílias” (p. 70), até chegar ao seu destino, o número 74 da Rua General Câmara, rua do nosso interesse.

³ A respeito da figura do *flâneur*, presente na literatura na obra do poeta Charles Baudelaire e alçada a objeto de interesse teórico por Walter Benjamin, ver, por exemplo, Jayo (2022a, 2022b).

⁴ “[...] em 1865, poucos meses depois da morte do poeta no naufrágio do *Ville de Boulogne*. Mas a homenagem na verdade tinha uma razão de ser, identificado que com ela também ele bem de perto havia estado, como um dos seus mais ilustres moradores, que nela escreveria *Os Timbiras* [...]” (GERSON, 2000, p.84). Diante dessa informação, a rua poderia ser nomeada como “Rua dos Timbiras”. No entanto, prevaleceu homenagem ao poeta. Na mesma página, Gerson nos informa que na (antiga) Rua dos Latoeiros “prenderam o Alferes do Regimento de Dragões de Vila Rica, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, herói máximo da nossa Independência política”. Por alguma razão, escapou-lhe a homenagem nessa rua.

⁵ Carrinho de mão. Referência encontrada em Macedo (1962, p. 75).

2 Histórico Toponímico da General Câmara: dos nomes espontâneos aos oficiais

No que concerne à rua de nosso interesse, o caminho de memória desenhado por Nava começa com “Caminho de Gonçalo Gonçalves. Eis o primeiro nome que teve a Rua General Câmara. Assim mesmo no seu trecho inicial, das marinhas, à altura da Candelária” (p. 70).

Logo de início o Narrador preenche o topônimo com um ponto de referência: a Igreja de Nossa Senhora da Candelária. A escolha, percebemos, não foi ao acaso, pelo simples fato de hoje em dia ainda estar cravada ao chão. Como ressalta Mattos (2021) e comentaremos mais adiante, é a única que resistiu à construção da avenida que contornou seus alicerces. Barthes (2004) faz alusão direta à obra de Marcel Proust, ao comentar a forma como este criou alguns dos nomes próprios em sua monumental obra *Em busca do tempo perdido*. Para ele, o nome “é um signo, um signo volumoso, um signo sempre prenhe de uma espessura abundante de sentido” (BARTHES, 2004, p. 149). Imaginar o que está ausente seria uma forma de desdobrar o signo, seja pela exploração, seja pelo deciframento. Em suas memórias, Pedro Nava não cria nomes próprios, diferenciando-se nisso de Proust; todavia, alimenta-os, preenchendo cada qual com suas histórias. Ao fazer tal operação de preenchimento nos topônimos que encontra, recupera a memória do lugar e, dessa forma, vai dilatando o topônimo na tentativa de dimensioná-lo.

Pedro Nava, o escritor, nascido em 1903, passou boa parte da vida na cidade do Rio de Janeiro e certamente percorreu alguns desses caminhos por diversas vezes. Por outro lado, conheceu a cidade depois da significativa Reforma Pereira Passos (1902-1906), que modificou drasticamente a cidade, tornando praticamente irreconhecíveis algumas partes da paisagem urbana. O percurso traçado pelas lembranças e reminiscências pessoais (do escritor) confunde-se com o pano de fundo da memória coletiva (do Narrador), ambas comunicadas e entrecruzadas pelas ruas que somos convidados a percorrer. Nos topônimos urbanos encontramos manifestação e registro de memória coletiva. Aldo Rossi (1982), fazendo referência à noção de memória coletiva proposta pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs, afirmou que a cidade é por excelência “o lócus da memória coletiva” (ROSSI, 1982, p. 226). Ao explorarmos o papel dos topônimos na constituição desse lócus, encontramos uma das realizações mais profundas do campo da Onomástica.

O pano de fundo da memória coletiva aparece, por exemplo, quando os nomes espontâneos surgem na narrativa e são explorados pelo memorialista. Nas palavras da pesquisadora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, em seu estudo sobre *O espontâneo e o popular na toponímia*, uma denominação é “espontânea ou popular, sem uma autoria identificável à primeira vista, porque nascida no seio da população e não individualizada” (DICK, 1990, p. 49). Mais popular do que a “Rua que vai para o Cruzeiro da Candelária” (p. 70) seria impossível. Voltemos a Nava, e seu registro de nomes que tiveram diferentes trechos da rua General Câmara:

É mais ou menos essa parte que foi também chamada “rua que vai para o Cruzeiro da Candelária”; Rua do Azeite de Peixe, porque nela era negociado o azeite, geralmente de baleia, para iluminação dos cariocas; Rua do Sabão, no trecho onde ficavam os armazéns do monopólio colonial desse produto. De Ourives a São Domingos, teve o nome de Rua Bom Jesus porque nela se erguia, ao canto da Rua da Vala, a Igreja do Senhor Bom Jesus do Calvário. Daí para o Campo de Santana, chamou-se Rua dos Escrivães porque era onde se concentrava a gente cartorária (NAVA, 1972, p. 70).

Dos nomes citados na passagem, destacamos um deles: uma justificativa pode ser trazida ao topônimo espontâneo Rua do Azeite de Peixe. A iluminação no Rio de Janeiro foi por muito tempo feita por candeeiros e lampiões queimando óleo de baleia e apenas em meados do século XIX passou a ser a gás (GERSON, 2000, p. 58; RIOS FILHO, 2000, p. 118-9). A cidade só receberia iluminação totalmente elétrica na primeira década do século XX. Outros nomes espontâneos (do Sabão, do Bom Jesus, dos Escrivães...) complementam as atividades comerciais e o intenso fluxo de transeuntes que deveria haver pela região, pisoteando o calçamento daquela que “foi uma das passagens mais insignes e tradicionais do Rio de Janeiro dos seiscentos, dos setecentos, dos oitocentos e dos novecentos” (p. 70). Observar essas transformações ou mesmo estudar os nomes próprios, conforme Ullmann, “pode esclarecer muitos aspectos da história política, econômica e social” (ULLMANN, 1964, p.161).

Essas nomeações mais livres, que se moldam ao presente da população, fazem com que uma geração futura tenha meios de manter na memória uma identidade ou atividade passada do lugar. Nas palavras de Sapir (1961, p. 19-20), “[...] a trama de padrões culturais de uma civilização está indicada na língua em que essa civilização se expressa”; e mais, “[...] A linguagem é um guia para a ‘realidade social’”⁶. E complementa: “Os seres humanos não vivem apenas no mundo objetivo, nem apenas no mundo da atividade social como ela é geralmente entendida, mas também se acham em muito grande parte à mercê da língua particular que se tornou o meio de expressão da sua sociedade” (p. 20).

No ano de 1840 a Câmara Municipal deu ao conjunto desses trechos a denominação única de Rua do Sabão da Cidade Velha, a fim de distingui-los do seu prolongamento, que ficou sendo a Rua do Sabão da Cidade Nova. Aqui o espontâneo tornou-se oficial, como às vezes ocorre dentro do sistema de nomeação. Somente em 1870, para homenagear o militar José Antônio Correia da Câmara (1824-1893), vencedor em Aquidabã e considerado herói na Guerra do Paraguai (1864-1870), é que a rua recebeu sua última nomeação toponímica. Brasil Gerson (2000) esboça uma pequena contextualização do feito referido – possivelmente heroico:

A 18 de março de 1870, dezessete dias após o combate do Aquidabã, que culminou com a morte inegavelmente heroica de Solano López nas mãos do Cabo José Francisco Lacerda, o Chico Diabo – do Sabão ela deixou então de chamar-se para ganhar o nome novo de General Câmara ou, por extenso, José Antônio Correia

⁶ Em nota, o tradutor do citado livro de Sapir, Mattoso Câmara, puxa uma observação: “Provavelmente uma alusão à teoria sociológica de Emile Durkheim, que estabelece o princípio de uma realidade social e uma mentalidade coletiva, ao lado da realidade física e das mentes individuais” (Nota número 3, p. 20).

Câmara –, magnífico ginete e guerreiro gaúcho de longas barbas negras até o peito, sob cujo comando estiveram as nossas vanguardas que escreveram o capítulo final da demorada Guerra do Paraguai. Mas com a sua demolição foi ele transferido para uma nova avenida no Castelo, não mais como general, e sim como Marechal Câmara, embora se tivesse tornado famoso como general apenas... (GERSON, 2000, p.61)

A interferência dos órgãos da administração municipal torna este tipo de nomeação “sistêmica ou oficial, atribuída aos descobridores, aos dirigentes ou ao *poder de mando* legitimamente constituído, ou não” (DICK, 1990, p. 49, *itálico nosso*). Todas essas mudanças de nome, acompanhadas ao longo dos séculos, formam uma espécie de “sociologia do cotidiano” (ainda DICK), e determinados grupos utilizam-se mais de um nome do que do outro.

No livro *O Rio de Janeiro Imperial*, de Adolfo Morales de los Rios Filho, a respeito da Rua do Sabão, temos as seguintes informações:

Sabão (rua do) – Ou do Sabão da Cidade Velha. Assim chamada porque ali tinham sido instalados os estancos do sabão. Chamou-se, primitivamente, de rua dos Escrivães, no trecho compreendido entre a rua da Vala e o campo de Santana. Depois, foi conhecida como do Bom Jesus, visto estar ali instalada essa ordem terceira. Mais tarde teve o nome de General Câmara. Desapareceu em 1943, pois foi integrada na avenida Presidente Vargas. Sabão na Cidade Nova (rua do) – Foi conhecida sob esse nome a artéria (parte da Visconde de Itaúna) compreendida entre o campo de Santana e o rossio Pequeno. Desapareceu, virtualmente, em 1942. Sabão do Mangue (rua do) – trecho da artéria acima referida situado entre o rossio Pequeno e a rua do Aterro (atual Miguel de Frias) (RIOS FILHO, 2000, p. 240).

Do primeiro ao último nome, para fechar o ciclo, a rua foi: Caminho de Gonçalo Gonçalves, Rua do Cruzeiro da Candelária, do Azeite de Peixe, do Bom Jesus, dos Escrivães, do Sabão da Cidade Nova, do Sabão da Cidade Velha, até por fim receber o nome de Rua General Câmara. Todas as informações trazidas pelo Narrador acabam por construir um histórico toponímico da rua em questão.

3 Pontos (e pessoas) que preenchem o espaço

Para preencher (BARTHES, 2004) o espaço dentro da moldura dada pelas sucessivas denominações, alguns pontos importantes recebem um olhar mais aguçado, destacados pelo Narrador. Uns são de cunho religioso, como a Igreja do Senhor Bom Jesus do Calvário que, ao que parece, era dividida em duas: Igreja do Bom Jesus e Igreja do Calvário; também a Capela do Cônego; e o Cemitério de São Domingos, que se não é religioso, é envolto em religião. A maioria dos prédios da rua pertencia às Irmandades. Aparecem no texto de Nava as Irmandades da Misericórdia, das Almas da Candelária, do Santíssimo Sacramento da Sé, de Nossa Senhora Mãe dos Homens, Terceira do Carmo, Terceira do Bom Jesus, Terceira da Penitência, e por fim Terceira da Conceição.

E, caminhando não apenas na linha do sagrado, o Narrador subitamente despenca no mais profano e traz à tona uma atividade composta de outra devoção, igualmente milenar: a prostituição. Havia na rua outros prédios pertencentes

[...] a outras ordens, confrarias e sociedades pudibundas e veneráveis – eram, em grande parte, alugados aos conventilhos que faziam da Rua do Sabão, em meados do século passado [XIX], além de artéria residencial e comercial, zona prostibular. O mulherio ficava ali à mão, em fraldas, com seus papagaios, bacias, a água de alfazema, o sabonete e os paninhos – à disposição de quem quisesse interromper o trabalho e subir as escadas para descarregar (p. 71).

E além dessa atividade mundana, outras são citadas para completar a diversidade e talvez não equiparar, mas ressaltar a presença de outras ocupações na rua. Não caberia acrescentar uma biografia detalhada de cada personagem citada, até porque as revelações do Narrador já dão conta da curiosidade de cada personalidade:

Nela residiram o médico colonial João de Azevedo Roxas, que tinha sua casa à esquina de Quitanda, donde a designação de canto do Roxas, dada a esse cruzamento; o conde de Linhares, cujo nome está ligado à história de nossa imprensa, de nossa indústria, de nossa arte militar, de nossa siderurgia; o prodigioso Mestre Valentim; o cônsul da Prússia Wilhelm Theremin, autor das deliciosas vistas do velho Rio; a parteira Marie Joséphine Mathilde Durocher, machona bigoduda e barbuda, encartolada e de sobrecasaca escorrendo saias abaixo — uma das figuras máximas de nossa obstetrícia; o desvairado dr. Antônio José Peixoto, que conservava no seu gabinete médico o esqueleto bem amado da que fora Émilie Mège, cantora francesa abatida pelo corno bravo do marido... (p. 71).

Cada figura destacada ocupa uma janela nesse quadro emoldurado da rua. E devem ter ouvido a trova popular, a rua posta em música: “Cai cai, balão, /Na Rua do Sabão. /Não vou lá, não vou lá, não vou lá, /Tenho medo de apanhar”. O famoso restaurante de G. Lobo (contraído em Globo) ficava num ponto não menos importante e frequentado da rua. Segundo o Narrador, de lá saiu a feijoada completa, “prato alto como as sinfonias, como o verso alexandrino, prato glorioso, untuoso, prato de luto e veludo – prato da significação mesma do valor e da língua, da religião e da estrutura jurídica, no milagre da unidade nacional” (p. 71).

Quase findo o trajeto pela rua, falta apenas enquadrar “os verdes do Campo de Santana e suas lavadeiras de saias úmidas da saboada e carnes brunidas pelo sol carioca” (p. 72) e o local aonde o avô pretendia chegar depois de toda essa andança com tempero de *flânerie*: a casa comissária.

Evocando meu avô morto, não posso separá-lo da rua morta de seu trabalho. Sua casa comissária ficava no número 74, em pleno trecho antes dito rua do Bom Jesus, térreo de quatro portas e alto telhado, antigo 76 da planta arquitetural de Frágoso. Era a quinta casa, lado par, de quem vinha de Ourives, direção do mar. Seus alicerces, como todo o piso da rua do Sabão, estão sepultados sob a camada de asfalto da Presidente Vargas. É sobre esta avenida que eu reconstruo as paredes dentro das quais labutava o comerciante Pedro da Silva Nava e a rua toda dos seus passos [...] (NAVA, 1972, p. 71-72).

4 Sepultamento

A maior parte, senão tudo que foi descrito até aqui encontra-se hoje debaixo da Avenida Presidente Vargas, via arterial implantada no início da década de 1940. Além da Rua General Câmara, que se tornou uma das pistas laterais, também foi absorvida pelo eixo viário a Rua de São Pedro⁷, bem como todo o espaço compreendido entre as duas, inteiramente demolido (Figura 1).

Figura 1. Implantação da Avenida Presidente Vargas



Fonte: detalhe recortado pelos autores de imagem disponível em Colin (2011)

A história da idealização e implantação da Avenida, com cerca de quatro quilômetros de extensão e oitenta metros de largura, é detalhada por Mattos (2021) e por Bueno e Taibtelbaum (2010) entre outros. Interessa-nos aqui destacar que seu projeto, em 1938, não teve preocupações com preservação de edificações históricas, bens patrimoniais e demais vestígios da memória carioca presentes naquela região; ao contrário, envolveu forte embate entre a Prefeitura do Distrito Federal e a diretoria do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão federal de preservação então recém-criado. Nesse conflito, a municipalidade teve vantagem e a construção da avenida acabou sacrificando edificações como a Igreja de São Pedro dos Clérigos e Bom Jesus do Calvário, que tiveram seus tombamentos revertidos por despacho presidencial, assim como a Igreja de São Domingos, o Palácio da

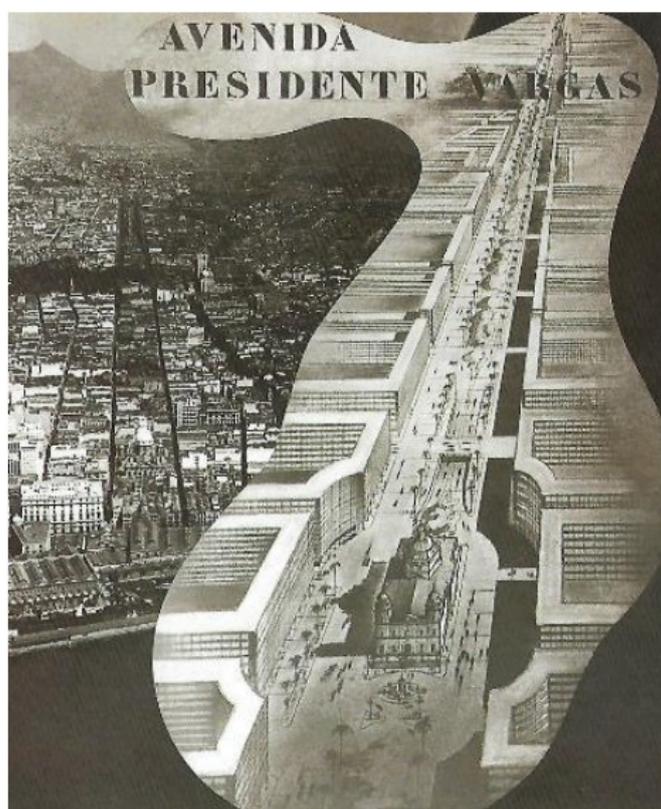
⁷ Rios Filho (2000) anotou o seguinte: “São Pedro (rua de) – Antiga rua Antônio Viçoso (1662); depois, do Carneiro (referência a uma moradora de nome Ana Carneiro, pelo que deveria ser rua da Carneiro); e, em 1817, do desembargador Antônio Cardoso. Teve o nome de São Pedro em virtude de ter sido ali ereta a igreja de São Pedro dos Clérigos. A rua desapareceu em 1943 e a igreja foi demolida em junho de 1944” (RIOS FILHO, 2000, p. 240-1).

Prefeitura e outros imóveis relevantes. “E no rastro da destruição, também estava prevista a destruição da Praça do Comércio [...] para dar lugar aos canteiros ajardinados da ligação da avenida com outro eixo viário – a via elevada da Perimetral” (MATTOS, 2021, p. 52).

A Igreja da Candelária resultou ser a única poupada, porém ilhada pelas pistas da avenida (Figura 2). Os sobrados baixos que antes a circundavam, desapareceram sob o asfalto, bem como todas as demais construções das ruas de São Pedro e General Câmara. A nomeação da nova avenida é um caso mais do que típico de homenagem política, e refletiu o autoritarismo do período. Ainda em 1938, por ocasião do projeto, aventara-se chamá-la de Avenida 10 de Novembro, em alusão à data da recente instauração (em 1937) do Estado Novo. Ao fim optou-se por homenagem ainda mais direta ao regime, e, inaugurada em 7 de setembro de 1944, a avenida acabou recebendo o nome do próprio presidente da República.

A dimensão desta derradeira mudança naturalmente foi maior que a das muitas renomeações anteriores da velha via, não só por ter envolvido imensa remodelação física e a remoção de inúmeros pontos de referência e monumentos (igrejas, por exemplo), mas também pelo quadro político em que ocorreu. “Quando conduzida no contexto de uma mudança de regime, a renomeação de lugares é uma mensagem poderosa por si só de controle do novo regime sobre a infraestrutura simbólica de uma comunidade” (ROSE-REDWOOD; ALDERMAN; AZARYAHU, 2010, p. 460).

Figura 2. Estudo para a Avenida Presidente Vargas (1938). À esquerda, vista aérea dos quarteirões demolidos entre as ruas General Câmara e São Pedro



Fonte: Bueno e Taitelbaum (2010)

Considerações finais

De Caminho de Gonçalo Gonçalves a Rua General Câmara, passando por diferentes nomeações populares espontâneas, conhecemos um dos caminhos de memória percorridos por Pedro Nava em sua obra *Bau de Ossos*, hoje sepultado sob o asfalto da Avenida Presidente Vargas. Nessa passagem de um nome a outro, recuperamos o que escreveu Maria Vicentina do Amaral Dick:

É certo que, ao longo da heterogeneidade dos motivos designativos, uns surgem com maior insistência ou frequência que outros e que alguns mecanismos de nomeação são bem mais comuns em determinados estágios ou períodos da vida coletiva, como é o caso os nomes descritivos, que retratam o lugar em si, pelas suas próprias dimensões caracterizadoras (DICK, 1990, p. 49, itálico nosso).

É assim que, entre os topônimos sobre os quais nos debruçamos, o primeiro nome faz referência a um tal Gonçalo Gonçalves, embora, pelo Narrador, nada descobramos sobre essa figura. Possivelmente esse caminho conduzia a suas terras, já que era possuidor de extensa propriedade – uma sesmaria, como descobrimos⁸. Com o passar do tempo, essa referência foi perdendo importância e outras características e atividades locais foram servindo de motivação para o ato de nomear:

Por outro lado, nas sociedades modernas, estruturadas a partir das antigas vilas ou dos chamados arraiais, típicos do Brasil, e em que se nota, já, um princípio de vida urbana ou de organização política, o aprofundamento dos interesses coletivos, em suas necessidades existenciais, determina, por via de consequência, uma outra feição na toponímia local. O interrelacionamento dos indivíduos ainda que incipiente, resulta claro na denominação dos lugares, sem lhes retirar, contudo, o caráter espontâneo, simples e transparente (DICK, 1990, p. 52, itálico nosso).

Ao ser nomeada pela última vez, tornando-se Rua General Câmara, outro fator se torna determinante: a homenagem. É preciso notar uma diferença entre o Caminho de Gonçalo Gonçalves e a Rua General Câmara: a primeira nomeação (ainda espontânea), como dissemos, faz referência a um personagem local e à sua propriedade; a segunda, homenagem feita pela Câmara Municipal a um militar, homenagem feita quase no calor do conflito, simultânea ao desfecho. Com poder de mando, a Câmara faz uma alteração de cunho político e interesse unilateral, apagando um elemento da cultura local, ou seja, da vida coletiva que frequentava aquele ambiente. Este mesmo mecanismo de motivação, se observa após a eliminação física do logradouro, que, junto com uma rua que conservava denominação espontânea de motivação religiosa (Rua de São Pedro), se viu substituído na planta da cidade pela avenida que homenageou Getúlio Vargas.

O sepultamento da Rua General Câmara e de sua congênere Rua de São Pedro, assim como a eliminação da paisagem, para a abertura da avenida, de um grande número de edificações que cumpriam funções de marcos urbanos e lugares de memória (no sentido de

⁸ Não foi nosso objetivo nos debruçarmos sobre a figura histórica de Gonçalo Gonçalves, a respeito da qual Rui Aniceto Fernandes (2020) fornece um perfil aprofundado.

Nora, 1993), exemplificam o que diz o geógrafo Maurício de Almeida Abreu em seu ensaio *Sobre a Memória das Cidades*: as cidades brasileiras, Rio de Janeiro inclusive, cresceram segundo um modelo de desenvolvimento baseado no “ataque constante e sistemático às heranças vindas de tempos antigos” (ABREU, 1998, p. 5), e são muito poucas as que conservam vestígios materiais consideráveis do passado.

Apagada da topografia urbana e sepultada pelo asfalto da larguíssima avenida, nossa rua de interesse, em suas diferentes denominações (Caminho de Gonçalo Gonçalves, rua do Azeite de Peixe, de Bom Jesus, dos Escrivães, do Sabão, Rua General Câmara...) continua se oferecendo ao acesso, e até mesmo à exploração com olhar de *flâneur*, como vimos, por intermédio da memória coletiva registrada por Pedro Nava. Isto ressalta a importância de voltarmos atenções ao estudo de uma Onomástica Literária.

Financiamento

Antonio Rafael Marçal da Silva agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa “Topônimos na obra de Pedro Nava: a representação espacial como ancoragem memorialística” (nº do processo: 88882.377638/2019-01).

Referências

- ABREU, M. A. Sobre a memória das cidades. *Território*, Rio de Janeiro, v. 3 n. 4, p. 5-26, 1998.
- BAER, A. La memoria social: breve guía para perplejos. In: SUCASAS, A.; ZAMORA, J. A. (Org.). *Memoria - política - justicia*: en diálogo con Reyes Mate. Madrid: Editorial Trotta, 2010, p. 131-148.
- ALGEO, J. Onomastics. In: McARTHUR, T. (Org.). *The Oxford companion of the English Language*. Oxford: Oxford University Press, 1992, p. 727-729.
- ALVAREZ-ALTMAN, G. Literary onomastics typology: analytic guidelines to literary onomastic studies. *Literary Onomastic Studies*, vol. 8, p.220-230, 1981. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/233573282.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2023.
- AMEEL, L.; AINIYALA, T. Toponyms as prompts for presencing place: making oneself at home in Kjell Westö's Helsinki. *Scandinavian Studies*, vol. 90, n. 2, p. 195-210, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5406/scanstud.90.2.0195>.
- BARTHES, R. Proust e os nomes. In: BARTHES, R. *O grau zero da escrita*. Tradução: Mario Laranjeira, São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 143-160.
- BUENO, E.; TAIBTELBAUM, P. *Avenida Presidente Vargas: um desfile pela história do Brasil*. Rio de Janeiro: Arco, 2010.
- BUTLER, J. O. *Name, place, and emotional space: themed semantics in literary onomastic research*. PhD thesis (English Language), University of Glasgow, Glasgow (Escócia), 2013. Disponível em: <http://theses.gla.ac.uk/4165>. Acesso em: 26 mar. 2023.

LINHA D'ÁGUA

CARVALHINHOS, P. J. Interface onomástica/literatura: a toponímia, o espaço e o resgate de memória na obra *Memórias da Rua do Ouvidor*, de Joaquim Manoel de Macedo. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 10, p. 83-99, 2009.

CAVILL, P. Language-based approaches to names in literature. In: HOUGH, C. *The Oxford handbook of names and naming*. Oxford: Oxford University Press, 2016, p. 355–368. DOI: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199656431.013.15>

COATES, R. Linguistic aspects of literary name origination. *Onoma*, Uppsala (Suécia), vol. 53, p. 11-30, 2018. DOI: <http://doi.org/10.34158/ONOMA.53/2018/2>.

COLIN, S. A igreja de São Pedro dos Clérigos. *Coisas de Arquitetura*, Rio de Janeiro, 2 jan. 2011. Disponível em: <https://coisasdaarquitetura.wordpress.com/2011/01/02/a-igreja-de-sao-pedro-dos-clerigos/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

DICK, M. V. P. A. *Toponímia e antroponímia no Brasil*: coleção de estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH, 1990.

FERNANDES, R. A. N. Biografia, história e identidade. Gonçalo Gonçalves, os processos de colonização lusa nas terras guanabaras e identidade local. *Locus Revista de História*, Juiz de Fora, vol. 26, n. 1, p. 235-260, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.27600>.

GERSON, B. *Histórias das ruas do Rio*: e da sua liderança na história política do Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Lacerda, 2000.

GIBKA, M.; COATES, R. Literary onomastic theory – an introduction. *Onoma*, Uppsala (Suécia), vol. 53, p. 7-10, 2018. DOI: <http://doi.org/10.34158/ONOMA.53/2018/1>.

GIBKA, M. *Literary Onomastics*: a theory. Łódź (Polônia): Archaograph, 2019.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

JAYO, M. Memória da cidade, de buzzword a conceito em mutação. *Paranoá*, Brasília, vol. 33, p. 1-16, 2022a. DOI: <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n33.2022.17>

JAYO, M. Um flâneur anônimo em São Paulo: olhar dissidente sobre a metrópole do Quarto Centenário. *Cidades Comunidades e Territórios*, Lisboa, vol. 44, jun. 2022b. DOI: <http://doi.org/10.15847/cct.25796>.

MACEDO, S. D. T. *Memórias do Rio*: a história da Guanabara, Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1962.

MATTOS, G. M. M. Embates e diálogos na preservação patrimonial da Área Central do Rio de Janeiro (1938-1964). *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 46-60, dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.51924/revthesis.2021.v6.330>.

NAVA, P. *Bau de ossos*. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1972.

NORA, P. Entre a história e a memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 10, p.7-28, 1993.

ROSE-REDWOOD, R.; ALDERMAN, D.; AZARYAHU, M. Geographies of toponymic inscription: new directions in critical place-name studies. *Progress in Human Geography*, v. 34, n. 4, p. 453-470, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1177/0309132509351042>.

RIOS FILHO, A. M. *O Rio de Janeiro imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks/UniverCidade, 2000.

ROSSI, A. *La arquitectura de la ciudad*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1982.

SAPIR, E. *Linguística como ciência*: ensaios. Seleção, tradução e notas: Joaquim Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.

SMITH, G. W. Theoretical foundations of literary onomastics. *In*: HOUGH, C. The Oxford handbook of names and naming. Oxford: Oxford University Press, p. 295-209, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199656431.013.41>.

ULLMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.